



# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## **PROJETO DE LEI Nº 3.570, DE 2000 (Do Sr. Raimundo Gomes de Matos)**

Acrescenta inciso XIII ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que "dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências".

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 2.312, DE 2000)

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XIII:

“Art. 20. ....

.....  
XIII- para atender a despesas de matrícula e mensalidades escolares do trabalhador.”

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará esta Lei em noventa dias, contados de sua publicação.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

## JUSTIFICAÇÃO

O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço/FGTS, um instrumento de política econômico-social, gerado em momento excepcional da história brasileira, foi sensivelmente modificado ao longo de sua existência de mais de trinta anos, submetendo-se a diversas cirurgias de caráter econômico, para conservação dos recursos captados e destinados ao interesse público.

Apesar dos tropeços a que tem sido submetido, o FGTS continua vivo porque dezenas de milhões de assalariados são proprietários de seu patrimônio e milhões de empresas continuam recolhendo o equivalente a 8% dos salários pagos.

As turbulências pelas quais passou o FGTS, e que ainda passa, seja pela não-localização de depósitos, seja pela incompatibilidade de sua atualização com a inflação medida, seja pela não-equivalência com o valor da antiga indenização por tempo de serviço, seja por tantas outras razões litigadas judicialmente, não abalaram seu conceito de direito valioso pelo trabalhador.

Visando, pois, identificar e ampliar alternativas de atendimento a famílias de baixa renda, é que propomos, aqui, a inserção das despesas escolares do trabalhador, no elenco daquelas que autorizam a movimentação de contas vinculadas ao FGTS.

Todos sabem das enormes dificuldades com que aqueles de baixa renda se deparam, para estudar ou se manter na escola, o que explica o alto índice de analfabetismo no nosso País. Segundo dados da UNESCO, o nosso índice de analfabetismo adulto é de 14,6% - ultrapassado, na América do Sul, apenas pela Bolívia - e mais de um terço da

população adulta brasileira (34,1%) é considerada analfabeta funcional: pessoa alfabetizada, mas incapaz de usar a leitura e a escrita em atividades cotidianas, fato que constitui um dos mais vergonhosos e, até agora, intratáveis deficits de nosso desenvolvimento humano.

Nada mais justo, pois, atenuarmos esta realidade incluindo os trabalhadores estudantes no rol daqueles que se beneficiam do FGTS. Esse Fundo muitas vezes se encontra inerte e inútil para o trabalhador, com seu potencial de benefício distante, associado, de modo incerto, à aposentadoria ou ao óbito. Necessário, pois, aproximarmos esse patrimônio dessas pessoas quando, de fato, lhes pode ser útil e lhes permite alcançar melhores níveis de escolaridade e ampliar suas perspectivas sócio-econômicas.

Com certeza de que a presente proposição trará grandes benefícios aos trabalhadores, conclamo os ilustres Pares à sua aprovação.

Sala das Sessões, em 13 de Setembro de 2000



**Deputado RAIMUNDO GOMES DE MATOS**

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA  
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS – CEDI**

**LEI Nº 8.036, DE 11 DE MAIO DE 1990**

**DISPÕE SOBRE O FUNDO DE GARANTIA  
DO TEMPO DE SERVIÇO, E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

---

Art. 20. A conta vinculada do trabalhador no FGTS poderá ser movimentada nas seguintes situações:

I - despedida sem justa causa, inclusive a indireta, de culpa recíproca e de força maior, comprovada com o depósito dos valores de que trata o art. 18.

*\* Inciso I com redação dada pela Lei nº 9.491, de 09/09/1997*

II - extinção total da empresa, fechamento de quaisquer de seus estabelecimentos, filiais ou agências, supressão de parte de suas atividades, ou ainda falecimento do empregador individual sempre que qualquer dessas ocorrências implique rescisão de contrato de trabalho, comprovada por declaração escrita da empresa, suprida, quando for o caso, por decisão judicial transitada em julgado;

III - aposentadoria concedida pela Previdência Social;

IV - falecimento do trabalhador, sendo o saldo pago a seus dependentes, para esse fim habilitados perante a Previdência Social, segundo o critério adotado para a concessão de pensões por morte. Na falta de dependentes, farão jus ao recebimento do saldo da conta vinculada os seus sucessores previstos na lei civil, indicados em alvará judicial, expedido a requerimento do interessado, independente de inventário ou arrolamento;

V - pagamento de parte das prestações decorrentes de financiamento habitacional concedido no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação - SFH, desde que:

a) o mutuário conte com o mínimo de 3 (três) anos de trabalho sob o regime do FGTS, na mesma empresa ou em empresas diferentes;

b) o valor bloqueado seja utilizado, no mínimo, durante o prazo de 12 (doze) meses;

c) o valor do abatimento atinja, no máximo, 80% (oitenta por cento) do montante da prestação.

VI - liquidação ou amortização extraordinária do saldo devedor de financiamento imobiliário, observadas as condições estabelecidas pelo Conselho Curador, dentre elas a de que o financiamento seja concedido no âmbito do SFH e haja interstício mínimo de 2 (dois) anos para cada movimentação;

VII - pagamento total ou parcial do preço da aquisição de moradia própria, observadas as seguintes condições:

a) o mutuário deverá contar com o mínimo de 3 (três) anos de trabalho sob o regime do FGTS, na mesma empresa ou em empresas diferentes;

b) seja a operação financiável nas condições vigentes para o SFH.

VIII - quando o trabalhador permanecer três anos ininterruptos, a partir de 1º de junho de 1990, fora do regime do FGTS, podendo o saque, neste caso, ser efetuado a partir do mês de aniversário do titular da conta;

*\* Inciso VIII com redação dada pela Lei nº 8.678, de 13/07/1993.*

IX - extinção normal do contrato a termo, inclusive o dos trabalhadores temporários regidos pela Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974;

X - suspensão total do trabalho avulso por período igual ou superior a 90 (noventa) dias, comprovada por declaração do sindicato representativo da categoria profissional.

XI - quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes for acometido de neoplasia maligna.

*\* Inciso XI acrescido pela Lei nº 8.922, de 25/07/1994.*

XII - aplicação em quotas de Fundos Mútuos de Privatização, regidos pela Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, permitida a utilização máxima de 50% (cinquenta por cento) do saldo existente e disponível em sua conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, na data em que exercer a opção.

*\* Inciso regulamentado pelo Decreto nº 2.430, de 17/12/1997.*

§ 1º A regulamentação das situações previstas nos incisos I e II assegurará que a retirada a que faz jus o trabalhador corresponda aos depósitos efetuados na conta vinculada durante o período de vigência do último contrato de trabalho, acrescida de juros e atualização monetária, deduzidos os saques.

§ 2º O Conselho Curador disciplinará o disposto no inciso V, visando a beneficiar os trabalhadores de baixa renda e a preservar o equilíbrio financeiro do FGTS.

§ 3º O direito de adquirir moradia com recursos do FGTS, pelo trabalhador só poderá ser exercido para um único imóvel.

§ 4º O imóvel objeto de utilização do FGTS somente poderá ser objeto de outra transação com recursos do Fundo, na forma que vier a ser regulamentada pelo Conselho Curador.

§ 5º O pagamento da retirada após o período previsto em regulamento, implicará atualização monetária dos valores devidos.

§ 6º Os recursos aplicados em cotas de fundos Mútuos de Privatização, referidos no inciso XII, serão destinados, nas condições aprovadas pelo CND, a aquisições de valores mobiliários, no âmbito do Programa Nacional de Desestatização, de que trata a Lei nº 9.491, de 1997, e de programas estaduais de desestatização, desde que, em ambos os casos, tais destinações sejam aprovadas pelo CND.

*\* § 6º com redação dada pela Lei nº 9.635, de 15/05/1998.*

§ 7º Ressalvadas as alienações decorrentes das hipóteses de que trata o § 8º, os valores mobiliários a que se refere o parágrafo anterior só poderão ser integralmente vendidos, pelos respectivos Fundos, seis meses após a sua aquisição, podendo ser alienada em prazo inferior parcela equivalente a 10% (dez por cento) do valor adquirido, autorizada a livre

aplicação do produto dessa alienação, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976.

*\* § 7º com redação dada pela Lei nº 9.635, de 15/05/1998.*

§ 8º As aplicações em Fundos Mútuos de Privatização são nominativas, impenhoráveis e, salvo as hipóteses previstas nos incisos I a IV e VI a XI deste artigo e o disposto na Lei nº 7.670, de 8 de setembro de 1988, indisponíveis por seus titulares.

*\* § 8º acrescido pela Lei nº 9.491, de 09/09/1997.*

§ 9º Decorrido o prazo mínimo de doze meses, contados da efetiva transferência das quotas para os Fundos Mútuos de Privatização, os titulares poderão optar pelo retorno para sua conta vinculada no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

*\* § 9º acrescido pela Lei nº 9.491, de 09/09/1997.*

§ 10. A cada período de seis meses, os titulares das aplicações em Fundos Mútuos de Privatização poderão transferi-las para outro fundo de mesma natureza.

*\* § 10. acrescido pela Lei nº 9.491, de 09/09/1997.*

§ 11. O montante das aplicações de que trata o § 6º deste artigo ficará limitado ao valor dos créditos contra o Tesouro Nacional de que seja titular o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

*\* § 11. acrescido pela Lei nº 9.491, de 09/09/1997.*

§ 12. Desde que preservada a participação individual dos quotistas, será permitida a constituição de clubes de investimento, visando a aplicação em quotas de Fundos Mútuos de Privatização.

*\* § 12. acrescido pela Lei nº 9.491, de 09/09/1997.*

§ 13. A garantia a que alude o § 4º do art. 13 desta Lei não compreende as aplicações a que se refere o inciso XII deste artigo.

*\* § 13. acrescido pela Lei nº 9.491, de 09/09/1997.*

§ 14. O Imposto de Renda incidirá exclusivamente sobre os ganhos dos Fundos Mútuos de Privatização que excederem a remuneração das contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, no mesmo período.

*\* § 14. acrescido pela Lei nº 9.491, de 09/09/1997.*

§ 15. Os recursos automaticamente transferidos da conta do titular no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço em razão da aquisição de ações não afetarão a base de cálculo da multa rescisória de que tratam os parágrafos 1º e 2º do art. 18 desta Lei.

*\* § 15. acrescido pela Lei nº 9.491, de 09/09/1997.*

§ 16. Os clubes de investimento a que se refere o § 12 poderão resgatar, durante os seis primeiros meses da sua constituição, parcela equivalente a 5% (cinco por cento) das quotas adquiridas, para atendimento de seus desembolsos, autorizada a livre aplicação do produto dessa venda, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976."

*\* § 16 com redação dada pela Lei nº 9.635, de 15/05/1998.*

**Vide Medida Provisória nº 1.951-29, de 23 de agosto de 2000**

.....

.....

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.951-29, DE 23 DE AGOSTO DE 2000.**

DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE MEDIDAS  
RELACIONADAS COM O SISTEMA  
FINANCEIRO DA HABITAÇÃO - SFH,  
ALTERA AS LEIS NºS 4.380, DE 21 DE  
AGOSTO DE 1964, 8.036, DE 11 DE MAIO  
DE 1990, E 8.692, DE 28 DE JULHO DE 1993,  
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Art. 6º Os arts. 20 e 23 da Lei nº 8.036, de 1990, passam a vigorar  
com as seguintes alterações:

"Art. 20. ....

I - despedida sem justa causa, inclusive a indireta, de culpa  
recíproca e de força maior;

.....

§ 17. Fica vedada a movimentação da conta vinculada do  
FGTS nas modalidades previstas nos incisos V, VI e VII deste  
artigo, nas operações firmadas, a partir de 25 de junho de 1998,  
no caso em que o adquirente já seja proprietário ou promitente  
comprador de imóvel localizado no Município onde resida,  
bem como no caso em que o adquirente já detenha, em  
qualquer parte do País, pelo menos um financiamento nas  
condições do SFH." (NR)

"Art. 23. ....

§ 1º .....

I - não depositar mensalmente o percentual referente ao FGTS,  
bem como os valores previstos no art. 18 desta Lei, nos prazos  
de que trata o § 6º do art. 477 da Consolidação das Leis do  
Trabalho - CLT;

....." (NR)

.....

.....